



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017**

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2017

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, na sala de sessões da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia doze de setembro, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- A preencher nos termos do Regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1 – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
- 2 – Procedimento Concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão Municipal, Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau para a Unidade Orgânica Flexível “Divisão Financeira e Patrimonial” – Designação de Júri;
- 3 – Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Idanha-a-Nova – 2017;
- 4 – Proposta de Nomeação de Revisor Oficial de Contas para os anos de 2017 e 2018.

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência do senhor Joana Mata Serrasqueiro Rossa, do senhor João Luís Marques Rego Geraldês, substituído pela senhora Graça Maria Ferrer Pires, do senhor Pedro Miguel Moreira Ribeiro, do senhor João Malhadas Moreira e do senhor Albano Manuel Reynolds Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, substituído pela senhora Ana Filipa Fonseca.

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos na ordem de trabalhos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, salientando o Ofício do gabinete do senhor Ministro do Ambiente relativo à moção relativa à construção de um armazém de resíduos na Central de Almaraz, a qual será distribuída a todos os senhores deputados, bem como uma carta do munícipe Luís Salgueiro de Zebreira relativamente à placa identificativa da freguesia de Zebreira, informando que lhe iria responder.

Seguidamente e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória da ata número vinte e seis da sessão ordinária do dia vinte e três de junho, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar à mesma,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

Não havendo pedidos de emenda à ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e três de junho informando que os senhores deputados António Manuel Creado Inácio Geraldês, Maria Fernanda Simões Soares, Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias e Joaquim Manuel Correia Chambino não podem votar a ata em virtude de não terem estado presentes na referida sessão. Terminada a votação a ata foi aprovada por UNANIMIDADE.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra por parte dos senhores deputados.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Gonçalo Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Ladoeiro que disse que “ o assunto que aqui me trás é a apresentação de uma moção que será entregue á mesa e que passo a ler: *“Por ser o concelho de Idanha-a-Nova o quarto maior em área do País e não possuir uma rede de transportes públicos diários para o Centro de Saúde de Idanha-a-Nova, torna-se intangível o acesso aos serviços básicos de saúde por parte dos seus utentes.*

A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova teve conhecimento que a extensão de Saúde do Ladoeiro tem vindo a perder valências.

A extensão de Saúde do Ladoeiro tinha como valências, o Planeamento Familiar, a Saúde Materna, a Saúde Infantil, a Vacinação, além dos serviços de Enfermagem.

Antes da enfermeira Paula Baptista ter apresentado baixa médica, isto há cerca de um ano, os serviços prestados eram de 35 horas semanais. No período em que esteve de baixa, os serviços passaram para 10 horas semanais. Estando já a enfermeira no ativo, o serviço agora prestado é de 15 horas semanais.

Informa-se que o Ladoeiro é a freguesia com maior número de utentes do concelho de Idanha-a-Nova e tendo conhecimento que o número de enfermeiros em serviço na Unidade Local de Saúde de Idanha-a-Nova na presente data é o mesmo de há um ano e meio atrás, por que motivo a população perdeu estas valências e o número de horas de enfermagem foi reduzido?

Face ao exposto, vem a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova solicitar a sua excelência, Dr. António Maria Vieira Pires, Presidente do Concelho de Administração da ULSCB, no sentido dessa entidade repor as valências na Extensão da Saúde do Ladoeiro, tal como existiam há pouco mais de um ano.

Solicita-se que a mesma seja também remetida ao senhor Ministro da Saúde, à ARS Centro e à Unidade de Missão para a Valorização do Interior.”

Esta moção como disse anteriormente será entregue à mesa e estamos abertos à discussão da mesma para que seja aprovada por esta Assembleia.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia informou que a moção será submetida a votação no final do período antes da ordem do dia e de seguida deu a palavra ao senhor deputado Paulo Batista que disse que “estamos no encerramento de um ciclo de quatro anos e vou aproveitar para fazer duas ou três pergunta para ver se o senhor Presidente da Câmara que está aqui presente consegue explicar duas ou três coisas que eu tenho andado a perguntar-me ao longo dos anos. Senhor Presidente continua existir ali uma tenda no espaço onde normalmente se realiza a Feira Raiana e essa tenda é do Município, é alugada ou o que é que se passa com essa tenda? E gostava de ser esclarecido porque já me disseram que o Município a teria comprado e não há melhor sítio para esclarecer do que aqui. Outra coisa é que verificamos ali que há adjudicações para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

limpezas de bermas de estrada, mas há muitas estradas no concelho de Idanha que continuam cheias de combustível e felizmente, até ver, não fomos atacados pelos incêndios e ainda estamos num período muito complicado, mas esta situação perpetua-se e há aí várias zonas que não foram alvo de qualquer tipo de intervenção e gostava também de saber porquê, se é por falta de meios, se é por falta de interesse ou se é por falta de conhecimento. Continuamos naturalmente com problemas de marcação se sinalética vertical e horizontal no que concerne a segurança rodoviária. Gostava também de perguntar o que é que se passa com a aquisição de património que foi feio em Idanha-a-Velha, porque há uma série de palheiros cujos telhados caíram. Adquirimos património para quê? Para lhe dar uma utilização, para o deixar cair, para o entregar a alguém, pois vamos assistindo à aquisição de património que se diz que é para uma coisa e depois não sabemos para que é que ele vai servir no futuro. Aquela casa que há ali à entrada de Idanha, de vez em quando está aberta mas a maior parte das vezes está fechada e não se percebe muito bem para que é que aquilo serve. Finalmente gostava de lhe perguntar sobre a pavimentação do caminho que dá acesso à realização daquele festival boom que tem portões, e portanto ao ter portões a câmara ao ter ajudado a pavimentar aquele espaço, depreende-se que é um espaço público como foi aqui dito pelo senhor Presidente, mas está vedada a passagem de acesso à barragem Marechal Carmona e como sabe com portões que têm cadeados e é utilizado como propriedade privada e gostava de saber se houve autorização ou se é feita à revelia e se assim é o que é que a câmara pretende fazer para abrir aqueles portões e tornar aquela passagem permanente para quem quiser ter acesso à barragem, porque esta pavimentação do festival da natureza é no mínimo e insólita, porque a natureza não tem propriamente estas necessidades de pavimentação, na natureza vive-se livremente e portanto afastam-se do espírito natural que tem aquele festival ou que pretende ter.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ dado que se trata da última sessão do mandato não poderia deixar de aqui vir referir algumas coisas que nos preocupam e que passo a referir, o avanço da tecnologia que deveria facilitar a existência do homem verificamos que isso não acontece. O homem que inventa máquinas para ajudar cada vez mais no ramo da medicina, também inventa outras que podem provocar a sua própria destruição. No primeiro caso referir as máquinas agrícolas, industriais e outras atividades e no segundo caso, que é o mais preocupante, estão as máquinas de fazer a guerra. O mundo está a travessar uma fase da sua existência que nos causa uma enorme preocupação. Nas grandes potências mundiais e nos discursos dos seus líderes proliferam e transparecem intenções belicistas. Cada um quer impressionar mais que o outro. Até onde irão? Se mais alguma atitude for tomada será a destruição total. O ser humano merece e precisa que os países onde vive, garantam segurança, tranquilidade e futuro. Para isso é preciso participar na escolha que quem governa.

Falando agora no nosso país já que estamos à beira de eleições autárquicas apelamos a todos os portugueses que não fiquem em casa no domingo, votem, participem na vida das vossas terras. As autarquias não são organizações abstratas, são concretas e portanto espero que os nossos municípios acatem este último apelo porque é muitíssimo importante para todos.

Parece que há um problema com a rega na herdade da várzea entre a Associação de Regantes e os agricultores e por isso gostaríamos de saber qual é a posição do executivo relativamente a este problema que surgiu recentemente.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ em primeiro lugar queria cumprimenta-los a todos, uma vez que estamos a fechar este ciclo de quatro anos e congratulo-me com tudo aquilo que nós aqui fomos dizendo ao longo destes últimos quatro anos e verificamos que há sempre uma parte que nós realmente focamos e enfatizamos e há sempre uma outra parte que é menos enfatizada. Evidentemente que nem todos nós estaremos de acordo com tudo aquilo que se faz, mas a maior parte felizmente está de acordo e por estar de acordo, nós temos hoje um concelho extraordinariamente desenvolvido, um concelho que é conhecido tanto a nível nacional como internacional, e tem tido realmente uma grande dignidade nesta sua promoção e nesta sua projeção.

Ao longo destes últimos quatro anos, e não vou aqui fazer nenhuma referência especial, mas globalizando quero chamar a atenção principalmente para aquilo que hoje nós verificamos, é que o concelho de Idanha-a-Nova neste último verão houve uma grande mais-valia na parte turística, na medida em que eu tive a oportunidade de contactar com alguns agentes ligados à parte do turismo e me referenciaram e eu próprio também constatei que houve uma grande melhoria no que diz respeito à parte da economia, porque houve, em relação à comparação com os anos anteriores, mais-valia, houve mais movimento, houve mais gente e houve mais riqueza. Portanto por isto já é extraordinário nós termos andado a trabalhar durante estes quatro anos e termos verificado que ano após ano isto vai acontecendo.

A nível da natalidade também estamos no bom caminho dado que os últimos dados conhecidos, estatisticamente o concelho de Idanha está em nono lugar a nível nacional *per capita* quanto ao número de nascimentos, o que demonstra que alguma coisa foi feita ao longo destes últimos quatro anos.

Não me vou alongar muito mais e sei que nas outras áreas houve uma melhoria significativa e penso que os idanhenses e nós todos estamos de parabéns e principalmente os senhores presidentes de junta que foram incansáveis e certamente andaram sempre a bater à porta da câmara a exigir cada vez mais para as suas freguesias. Congratulo-me com isso e sei que o senhor Presidente da Câmara também foi incansável no trabalho que desenvolveu, não só internamente dentro do concelho, mas também a forma como projetou o concelho externamente. Não é por acaso que ao longo deste quatro anos fomos reconhecidos a nível da UNESCO, e portanto só por isso, já é um trabalho meritório que esta câmara fez e quero aqui, publicamente fazer eco disso.

Para terminar só queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, dado que tive a oportunidade de ler uma notícia no jornal Público deste mês, que há em Portugal uma grande reserva de lítio e fiquei surpreendido ao ter lido a notícia que nunca tinha ouvido aqui falar em nenhuma assembleia, nem aqui na câmara se chegou alguma informação ao senhor presidente porque nessa notícia, e congratulo-me também com esta metodologia que veio a ser empregue por parte do governo central que não vão dar a concessão a qualquer empresa mas vai haver um concurso público, segundo a notícia, para que essa empresa que vier a concorrer para a exploração do lítio em Portugal seja através de concurso público, mas fiquei surpreendido porque vinha referido o nome de Idanha-a-Nova como sendo um dos locais onde haveria essa reserva e por isso queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara e também à Assembleia se já chegou alguma informação ou pedido sobre o assunto e se tem esse conhecimento e como é que pretende realmente analisar esta situação.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Lisboa que disse que “o que me trás aqui é o Acampamento Nacional de escuteiros que decorreu de 31 de julho a 6 de agosto, evento que reuniu quase vinte e dois mil jovens no Monte de Trigo e que trouxe às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

nossa freguesias, não só do concelho de Idanha, mas também de Castelo Branco, Fundão e Penamacor. Tudo decorreu normalmente com atividades em vários locais, desde, como disse, as freguesias, a barragem e os espaços circundantes do Monte de Trigo. Os ecos que chegaram e continuam a chegar são de regozijo pela maneira como os jovens interagiram com as populações. Por norma os acampamentos nacionais realizam-se de cinco em cinco anos e sempre em uma região diferente, região corresponde à área da diocese e o caso de Idanha-a-Nova pertence à região de Portalegre e Castelo Branco que por sinal abrange áreas de três distritos, o de Castelo participar nestes acampamentos nacionais pensava sempre, se este local tem condições para realizar um acampamento nacional, porque em Idanha não se poder realizar também um acampamento nacional? E o que é um facto é que os últimos quatro acampamentos nacionais se realizaram na região de Portalegre e Castelo Branco e precisamente os últimos três no concelho de Idanha-a-Nova e talvez o próximo, que é o do centenário do movimento em Portugal, também se realize em Idanha-a-Nova, dadas as condições logísticas que o Campo Nacional de Atividades Escutistas do Monte de Trigo tem.

Assim faço já aqui um apelo ao senhor Presidente da Câmara que é o seguinte, o acampamento decorreu normalmente, não se registaram grandes anomalia, quer de saúde quer ambientais, mas no dia da partida verificou-se um certo constrangimento de na entrada das pessoas para os autocarros, e estes circulavam em circuito rotativo entre a Senhora do Almurtão, Senhora da Graça, CNAE e Senhora do Almurtão onde os participantes entravam nos autocarros que os levavam aos seus destinos, dado que a estrada municipal que liga o CNAE à senhora do Almurtão é estreita e não permite a passagem de dois autocarros em paralelo, obrigando que os autocarros circulassem sempre em fila mesmo se o último ficasse cheio e o primeiro ainda estivesse a aceitar passageiros. Por isso será necessário o alargamento dessa via de modo a que se possam cruzar dois veículos do mesmo tipo dos autocarros.

Em meu nome pessoal e em nome da Junta Central do CNE queria aqui fazer um agradecimento às entidades que contribuíram para que o acampamento decorresse dentro desta normalidade. Assim o agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, às Juntas de Freguesia, à Associação de Regantes, à Confraria de Nossa Senhora do Almurtão, ao CMCD, aos Bombeiros Voluntários, à Proteção Civil Municipal e ao CODIS/CDOS. Relativamente ao CODIS/CDOS houve um certo mal-entendido, antes do início do acampamento, dado que a mesma entendia que o local do acampamento deveria ser licenciado como é licenciado um parque de campismo, assim como deveria haver um plano de segurança, evacuação e luta contra incêndios nesses termos, e que não poderia haver a utilização de aparelhos a gás para confeção de alimentos por parte dos escuteiros, o que é uma incongruência, quando os mesmos estão autorizados por lei que assim aconteça e esta situação é comum entre escuteiros dado que não há empresas a fornecerem refeições confeccionadas aos elementos, mas terão que ser eles a confeccionarem as suas refeições, isto faz parte do método escutista.

Em termos de segurança todas as patrulhas, equipes e tribos, que é assim que se organizam os escuteiros, foram informadas que tinham que ter um extintor de incêndios junto de cada cozinha, o que per fez cerca de cinco mil extintores em campo. Outras exigências foram feitas e todas elas foram contempladas em campo, como é o caso de boca-de-incêndio distribuídas pelas zonas de acampamento. Foi adaptada uma zona de modo a servir de heliporto, Havia um hospital central e quatro enfermarias distribuídas pelo campo. Fez-se um simulacro de incêndio com evacuação de sinistrados e aconteceu que três dias antes do início do acampamento ainda não havia autorização para a realização do acampamento por parte do CODIS/CDOS. Mas tudo foi ultrapassado e no final chegaram à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 27 DE 28-09-2017

conclusão que tudo estava correto e que a forma como os escuteiros se organizam nada tem a ver com a maioria dos eventos que se realizam a nível nacional envolvendo tanta gente.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ permitam-me que comece esta minha intervenção por saudar a tranquilidade democrática com que ao longo dos quatro anos decorreram as assembleias municipais. Todos os membros souberam desempenhar com serenidade e valor as suas funções, debatendo as suas diferentes ideias para o concelho. A todos cumprimento e respeito, por isso, e além de nesta última assembleia lhes endereçar a minha estima pessoal, o meu bem-haja a todos.

Devo realçar o estilo de direção do senhor Presidente da Assembleia Municipal que em muito contribuiu para que as nossas reuniões decorressem sem sobressaltos de maior e com a ordem necessária. Esperaria porém do senhor presidente que sobressaísse um espírito mais livre e aberto que lhe permitisse o distanciamento necessário do partido que o elegeu e nos fizesse sentir que era o presidente de todos nós, ao invés de ignorar alguns pedidos que esta bancada do PSD e outras lhe iam dirigindo e que visavam exercer de pleno direito os nossos deveres e direitos de fiscalização deste órgão municipal, que é a Câmara Municipal.

Saúdo também a forma como o senhor Presidente da Câmara se disponibilizou para apresentar os esclarecimentos e explicações que os deputados municipais, sempre atentos aos documentos e ao que se passa de melhor e pior no concelho de Idanha-a-Nova lhe pediam. Tenho que confessar porém que esperaria de um presidente que se apresentou à quatro anos atrás com programas tão ambiciosos para este concelho que nos quisesse presenciar com os números e resultados das suas medidas que tanto dinheiro tem custado ao erário municipal. Mas não, esconde-se em números de contatos, em visualizações de páginas de internet, em vagas de pessoas que chegam ao concelho, mas de forma intermitente e passageira. Onde estão então as largas dezenas de pessoas que se esperavam com as suas medidas, senhor Presidente, fixarem-se aqui e contribuírem para o aumento da população e o incremento da economia deste concelho. V. Excelência propagou o idanhense no centro das suas preocupações, mas aquilo que temos vindo a assistir é preocupação de presentear os itinerantes que vêm de fora com festas e entretenimento.

Mais de quatro anos devolvidos sob a gestão socialista o concelho de Idanha-a-Nova é cada vez mais uma tenda de eventos ou um parque temático. As pessoas animam e naqueles dias em que dura a inauguração da feira medieval, da feira raiana, nas provas desportivas ou outros eventos igualmente extasiantes, ninguém pensa muito nas dificuldades da vida, provavelmente a não ser os senhores funcionários desta câmara que são destacados para os eventos sem descanso.

Como há quatro anos Idanha continua sem oferta de emprego e até de emprego qualificado. As várias zonas industriais do concelho e as incubadoras de empresas criadas para germinar projetos inovadores e fixadores de pessoas estão estéreis, não se conhecendo neste concelho empresas novas, produtivas e aglutinadoras de trabalho jovem.

Estão a ser criadas condições para que os filhos e netos dos senhores deputados municipais possam trabalhar aqui e ter aqui as suas famílias? Peço-lhes então que reflitam nestas questões com seriedade, pois esse é o verdadeiro problema deste concelho de Idanha onde não vive quem quer mas só vive quem pode, porque já não precisa de trabalhar mas sim de gozar os seus últimos dias com qualidade.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia disse que “ não quero fazer nenhum considerando sobre a intervenção da senhora deputada mas queria fazer um considerando sobre a intervenção do senhor deputado António Lisboa pelo simples facto de eu ter sido escuteiro com ele, de ser um dos fundadores do Agrupamento de Idanha-a-Nova e de já me ter congratulado variadíssimas vezes por esta realização dos acampamentos nacionais em Idanha-a-Nova. Realmente estive no dia da inauguração do acampamento nacional tendo sido convidado pela direção do Corpo Nacional de Escutas e como sabem esteve presente o senhor Presidente da República que o senhor Presidente da Câmara o acompanhou como outras personalidades do concelho da Idanha e realmente aquando da cerimónia de abertura, tive pena de não estar perto do senhor Presidente da Câmara para lhe dizer que a Câmara da Idanha estaria necessariamente disposta a acolher o acampamento do centenário, mas tanto quanto julgo saber isso estará mais ou menos assegurado, até porque, segundo aquilo que se vai ouvindo, a opinião de quem participa nestes acampamentos, desde que eles são realizados aqui em Idanha, e quero vos dizer que eu participei em dois acampamentos nacionais, o do cinquentenário, em mil novecentos setenta e três, em Leiria e no seguinte em Ílhavo, e a opinião geral é de que os acampamentos nacionais feito em Idanha têm realmente um valor, não só pelo sítio onde se realizam, mas também pelo envolvimento do nosso concelho. Por isso aqui deixo também uma palavra de apreço ao Agrupamento 326 de Idanha-a-Nova que está aqui representado além do António Lisboa, está também representado pelo Vítor Mascarenhas e pela Graça Ferrer e é com agrado que vos digo que às vezes olho para o agrupamento com alguma saudade, mas também com muita tranquilidade porque acho que é das organizações mais importantes que o concelho de Idanha tem e que nos últimos anos tem demonstrado uma vitalidade que é de saudar e de valorizar.”

De seguida deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “começo esta minha intervenção pela intervenção da senhora deputada Susana Martins que fez aqui um balanço destes quatro anos que demonstra bem como os elementos do PSD nesta Assembleia Municipal foi a sua posição no contexto do concelho de Idanha-a-Nova, e a sua posição foi de ausência, de permanente ausência porque, apesar de ter estado sempre presente nas sessões da assembleia municipal, quando diz, e há uma frase bastante conhecida e bastante popular que é “o pior cego é aquele que não quer ver” não se conhecem neste concelho empresas novas e produtivas, quem anda por aqui vê Umas Sementes Vivas que trouxe emprego altamente qualificado e estamos a falar de doutorados, mestrados nessa área que vieram da europa e estão aqui instalados, só para dar um exemplo, como noutras áreas das hortícolas e frutícolas e também de inovação tecnológica que apresentámos na Feira Raiana. Na Feira Raiana apresentámos duas empresas de inovação tecnológica, e uma delas já está instalada de inovação tecnológica na gestão da água que tem capitais e conhecimento científico que vem de Israel. Portanto aqui é mais demonstrativo de que a inovação tecnológica e também o emprego altamente qualificado estamos a conseguir trazê-lo para Idanha-a-Nova, mas também empresas de empresários do concelho de Idanha que têm sido um exemplo, porque se a senhora deputada tivesse estado presente quando há, como diz, festas e entretenimentos, começamos nomeadamente com o Festival da Melancia no Ladoeiro no início com muito poucos expositores e hoje a melancia do Ladoeiro é conhecida em todo o país, não é uma festa e festarola, nem nenhum entretenimento, isso é estar a chamar nomes aos agricultores, às empresas que se têm dedicado, a todos aqueles que produzem no concelho de Idanha, nomeadamente no Ladoeiro. Os senhores de uma vez por todas digam que não estão de acordo com o festival da melancia e com os outros que se fazem que é para as pessoas saberem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

Quando dizem sem oferta de emprego e sem emprego qualificado, os senhores até sabe, quando saiu nos jornais dos últimos dois anos que nós procurámos muitíssimo emprego no período que vai desde maio a outubro e não tivemos pessoas disponíveis para trabalhar no concelho de Idanha pelo que tivemos que ir buscar fora do concelho de Idanha. Portanto se há algo que temos durante o ano, se há algo que conseguimos estes anos, foi pleno emprego e também estamos a conseguir o emprego qualificado como disse anteriormente e muitos mais há, portanto só não o vêm quem o não quer ver.

Também veio aqui dizer que nós não apresentamos os números, quando na última sessão da assembleia municipal apresentámos aqui os números concretos do Instituto Nacional de Estatística, não são os nossos, com o crescimento de novas empresas, com o crescimento na área da educação com novos alunos, novas turmas e novos professores no concelho de Idanha. Isto é um crescimento efetivo e não fui eu que o inventei, foi o INE, ou a senhora deputada acha que o INE deturpa os números? Eu já vi o governo do partido que representa que se queixava que as estruturas do estado não eram creíveis para justificar as suas políticas, porque efetivamente as vossas políticas do anterior governo foi o que fizeram acabar com os serviços em territórios como Idanha, na saúde, na educação que nos fizeram a vida negra por causa das escolas, e nós conseguimos reverter isso e conseguimos demonstrar, apesar das vossas políticas de gabinete e de escritório, porque eu nunca os vejo em lado nenhum, nas aldeias, no que diz nas festas e festarolas, não os vejo nem a falar com as pessoas, nem a ver a realidade. Portanto a senhora deputada vem às assembleias municipais e vai-se embora e não conhece o concelho de Idanha, aliás é a característica da vossa bancada, não conhecem o concelho de Idanha. Portanto o pior cego é aquele que não quer ver e há-de continuar a dizer isto.

A senhora deputada vem às assembleias e esquecesse do que foi dito, nós apresentamos aqui os números do PRODATA e do INE que demonstram que estamos a inverter os fluxos migratórios no concelho de Idanha, não sou eu que o digo, porque se eu o dissesse, mesmo sendo uma realidade, se lhe disser quantos alunos temos em Monsanto, quantos temos em Penha Garcia, quantos temos nas Termas de Monfortinho, quantos temos na Zebreira, quantos temos no Rosmaninhal, os bebés que estamos a falar, e fala-mos aqui na Salvaterra, mas no Rosmaninhal há um mês nasceram mais duas crianças e têm uma oferta de berçário, de creche, de jardim-de-infância. É claro que nós dizemos que investimos, não gastamos, investimos seis milhões de euros em todo este apoio a população na área da educação e isso deu resultados nestes quatro anos, não foi só em mais bebés e em mais crianças, foi onze por cento no número de alunos no ensino superior em Idanha-a-Nova, na ESGIN, e foi também no índice, que não fomos nós que o criamos, da fertilidade em Idanha, estamos em nono lugar entre os trezentos e oito municípios, porquê, porque criamos esperança às famílias para viver aqui, algumas que estavam cá e algumas que vieram e mais uma vez lhe digo que o pior cego é aquele que não quer ver. Estamos satisfeitos? Não, estamos muito longe de estar satisfeitos. Agora que é verdade que nós temos indicadores positivos, que o caminho está-se a inverter? Isso só não vê quem não quer ver, ou então quem cá não anda.

Gostaria de responder logo ao senhor deputado Paulo Batista sobre um conjunto de questões que aqui colocou. Feira Raiana, a tenda que lá está alvo de um concurso e portanto a empresa tem ali mas quando quiser retirar a tenda retira, é algo que estamos a ponderar e quando ela foi colocada vimos que era uma boa possibilidade de podermos ter ali uma estrutura de apoio, nomeadamente à Escola Superior de Gestão, aos eventos que acontecem em Idanha e que têm todas as condições. Em termos económicos pode ser uma boa opção, estamos a ponderar fazer isso e se o fizermos, faremos um concurso internacional. Com a empresa fizemos o aluguer por um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

determinado tempo e foi algo de que todas as pessoas e todas as empresas entenderam ser uma infraestrutura importante, significativa que dê uma resposta capaz àquilo que têm sido as nossas iniciativas e portanto, se no dia um de outubro cá estivermos e houver resultados, dado que todos somos candidatos e se houver resultados positivos para nós, ponderaremos fazer uma candidatura e um concurso internacional para aquisição de uma tenda com aquelas características ou com aqueles moldes.

Limpeza das bermas, é evidente, e já me faz lembrar uma pessoa que diz, a gente até pode limpar o concelho de Idanha todo mas há-de haver sempre um sítio que tem erva ainda para cortar, não tenham dúvidas, até podemos ter aqui um batalhão de gente a fazer isso, mas há-de haver, porque o que acontecia antes é que os territórios quando eram povoados eram as pessoas que limpavam as hortas, as bermas, os caminhos, etc, etc. A câmara de Idanha, já o disse várias vezes, investe na área da segurança quinhentos mil euros anualmente, sempre com uma ressalva, e houve alguém que a determinada altura me dizia, Armindo vocês na Idanha tiveram sorte, foi dos poucos municípios do distrito e da região centro que não foram flagelados com tragédias enormes nos fogos florestais. E eu digo, bate na mesa porque pode acontecer amanhã, é melhor termos cuidado, porque todos os cuidados são poucos. Mas todo o investimento que fizemos, na ajuda aos bombeiros, as equipas municipais de sapadores florestais na vigilância e no trabalho que fazemos, o tal investimento que fazemos por ano de quinhentos mil euros, disse a essa pessoa, olhe a sorte também dá muito trabalho, não estamos livres de ter uma situação trágica e se cá estivermos é nossa intenção, naquilo que temos feito nas conversas com o governo, nomeadamente com o secretário de estado nós fomos daqueles que já este ano pedimos mais equipas de sapadores florestais para Idanha-a-Nova e dissemos ao governo que queríamos ser apoiados nisso, se não nos apoiarem vai continuar a ser o nosso investimento para durante o ano poder haver mais trabalho preventivo para limpar as bermas e muito do que há para limpar no concelho de Idanha e com isso também poderemos em termos preventivos nós somos dos que achamos que o dinheiro que se investe deve ser na prevenção e muito menos no combate. Quanto mais prevenção fizermos menos combate teremos. Quanto mais investirmos na prevenção, mais estamos a criar postos de trabalho, estamos a criar mais riqueza no território.

A sinalética rodoviária, é verdade que é deficiente mas temos em curso concurso porque temos estradas em que a sinalética rodoviária está muito deficiente e é preciso recuperá-la.

Património em Idanha-a-Velha como sabem temos uma candidatura que foi aprovada no âmbito da Direção-Geral de Cultura do Centro dos fundos comunitários, exatamente para recuperar património que nós adquirimos mas o dinheiro não é tanto quanto nós desejaríamos, mas servirá exatamente para isso. É um projeto que está a ser feito com a Direção-Geral de Cultura do Centro e o objetivo é, aquele património que nós adquirimos a dar-lhe um melhor aspeto e depois continuar a construir projetos e candidaturas para lhe poder dar sustentabilidade. Um desses é o do Hotel do Templo e está no âmbito do programa Revive, já tem financiamento e portanto é um projeto que está a andar para podermos de facto recuperá-lo.

Casa da entrada em Idanha funciona em horário de segunda a sexta-feira, esta é uma estratégia de rede com a Comunidade Intermunicipal Beira Baixa que consiste que em cada município exista um espaço destes para promoção dos produtos do território que compõe a Comunidade Intermunicipal.

Caminho Municipal do Festival Boom, a estrada que nós asfaltamos serve as gentes do festival boom e um conjunto de outros proprietários que existem até lá. Já alertamos não só os proprietários do festival Boom, como também os outros proprietários à volta da barragem e é um trabalho que estamos a fazer no âmbito de um plano para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

salvaguarda da Barragem Marechal Carmona e que teve a ver também com o projeto que foi feito para poder haver sinalética, os devidos condicionamentos e acessos à barragem e à utilização da água.

A senhora deputada Maria de Lurdes Boavida colocou a questão sobre o fornecimento de água na Herdade da Várzea, quero dizer que muita gente já me foi alertando e nós somos associados da Associação de Regantes de Idanha-a-Nova e recebemos um despacho do senhor Ministro da Agricultura a dar-nos conhecimento, perante uma queixa de uma das empresas que está sediada na Várzea e que tem lá explorações agrícolas que dizia concretamente *“face às graves e continuadas irregularidades da Associação de Regantes da Beira Interior que colocam em risco que na sua qualidade concessionária da área hidrográfica da campina de Idanha, concordo com a proposta de atuação contida no ponto cinco incluindo o referido na alínea c) sem prejuízo de relegar para fase posterior a ponderação de um modelo técnico-jurídico mais adequado à reposição da legalidade no aproveitamento da área hidroagrícola. Tal ponderação não deverá excluir nenhum cenário juridicamente possível. Notifique-se a ARBI deste despacho e da informação que o fundamenta. Dê-se conhecimento à DRAPC e à Câmara Municipal de Ida-a-Nova.”*

Pois o ponto cinco, alínea c) diz *“Assim propõe-se a notificação à ARBI de propor a rescisão da concessão, concedendo o prazo de sessenta dias para que sejam corrigidas e reparadas as consequências da atuação descrita, concretamente no referido prazo de sessenta dias seja convocada e realizada uma assembleia geral e dado conhecimento à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da respetiva ata integrando: a)- Deliberação do compromisso de não interrupção do fornecimento de água para rega sem autorização expressa do concedente com efeitos imediatos; b)- Deliberação de revogação da circular número 1/2017 aceitando incondicionalmente a inscrição dos produtores da Herdade do Couto da Várzea, com efeitos retroativos ao início de 2017; c)- Deliberação de revogação da joia de admissão de cinco mil euros, substituindo-a, caso a ARBI pretenda manter a existência de joia de admissão por deliberação que fixe o montante que não ponha em causa o princípio de livre adesão de novos sócios e o princípio da equidade entre os membros anteriores e os atuais com efeitos imediatos.”*

Este é o despacho que nos chegou e vai haver uma Assembleia Geral do dia três de outubro nesta sequência mas nada mais sabemos.

O senhor deputado Mário Pissarra falou sobre as reservas de lítio e nós temos estado em conversação com o Secretário de Estado da Energia que me tem informado sobre este processo e obviamente envolvendo Idanha, estamos a acompanhar de perto. Vamos ver, porque quem viu há muito pouco tempo um programa na televisão sobre isto, ainda existem muitas dúvidas sobre esta matéria e a rentabilidade deste processo. Estaremos sempre na linha da frente e até já lhe propus que se pudesse trazer para Idanha uma estrutura de investigação sobre a matéria antes de se fazer a exploração.

O senhor deputado António Lisboa falou do ACANAC, dizer-lhe que estamos sensíveis à questão do alargamento da estrada, por diferentes razões, primeiro porque de facto o ACANAC é praticamente residente, depois porque o acampamento e toda aquela área que protocolámos com o CNE tem trazido habitualmente muita gente durante todo o ano e portanto justifica-se que façamos de facto o melhoramento na estrada.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse que como deu entrada uma moção na mesa, a mesma irá agora ser discutida e votada.

O senhor deputado Paulo Batista solicitou a palavra e tendo-lhe sido dada disse que “ em virtude de na moção ser referido o nome de minha mulher, parece-me obvio que a minha ausência terá que ser registada durante a votação”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

O senhor Presidente disse que assim será. Parece que todos os senhores deputados entenderam o sentido desta moção, basicamente prende-se com a falta de serviços de enfermagem no posto de saúde do Ladoeiro, sendo visível para os habitantes do Ladoeiro e acho bem que se manifestem desta forma e nós faremos chegar esta moção, se ela for aprovada, a quem de direito. Não havendo mais considerandos sobre a moção submeteu a mesma a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e quatro;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a moção foi aprovada por UNANIMIDADE.

Terminada a votação, o senhor Presidente da Assembleia disse estar encerrado o período antes da ordem do dia, pelo que se passou de imediato à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrições para uso da palavra. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “gostaria antes de começar, para os mais antigos que aqui estão, recordar-se-ão que é a terceira vez que não participo numa votação nesta assembleia precisamente por considerar que há incompatibilidades e porque tenho um dever de isenção. Esse dever de isenção é aquele que eu gostaria de ter visto em outras pessoas o terem utilizado, porque é um direito que está previsto no Regimento da Assembleia e fá-lo-ei sempre que a minha consciência mo ditar.

Gostaria, e não me referindo concretamente a este assunto da Câmara de Idanha-a-Nova, da Várzea e da rega e eu sou Presidente da Assembleia Geral da Associação de Regantes e esta convocatória que foi falada fui eu que a fiz mediante ofício pedido pela Direção mas não me irei manifestar sobre isso porque acho que não o devo fazer. Gostaria no entanto de corrigir o senhor Presidente da Câmara porque ele, incorretamente, disse que a joia era de cinco mil euros quando ela é de quinhentos euros, razão pela qual eu faço menção a este assunto (o senhor Presidente da Câmara disse que é verdade que a joia é de quinhentos euros mas que por lapso disse cinco mil euros).

Quanto ao resto, fiquei muito admirado ao ver aqui o senhor Presidente da Câmara dizer que nós deveríamos ir às festas, então nós devemos ir às festas ou devemos estar presentes? Nós devemos viver no concelho, estar no concelho e conviver com as pessoas e saber o que é que as pessoas precisam ou devemos ir às festas?

Relativamente ao assunto, cá temos nós o facebook da câmara, algo preocupado com o atraso de pagamentos que é de trinta e quatro dias neste momento e há uma coisa que não me entra muito bem nesta altura que estamos praticamente no final do terceiro trimestre e apenas temos a receita cobrada a que corresponde apenas a 53,34%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

Reparem que em períodos anteriores se outro governo estivesse em funções, uma vez que esta câmara depende e muito da dotação orçamental que lhe vem do Estado, já muita crítica teríamos aqui ouvido sobre o governo não colaborar com as autarquias locais, não cumprir com os seus deveres, mas afinal de contas neste momento apenas uma receita cobrada de 53,34% que de alguma forma é preocupante. Quanto às execuções, o Plano Plurianual de Investimentos estamos muito aquém daquilo que poderíamos estar mas isso é uma situação que no final do ano provavelmente, a quem cá esteja, acabará, porque eu não dou como dado adquirido estar cá, outros dão como dado adquirido que serão eles a fazer os alargamentos, as autorizações e que virão para cá os eventos dos cem anos do escutismo e isso ver-se-á depois quem é que poderá decidir sobre isso.

Entretanto há aqui uma série de dados que nos são fornecidos e alguns números fazem-me pensar. Nós temos aqui e como sabem nós temos um quadro de pessoal da câmara bastante grande e tem sido anunciado pelo senhor Presidente da Câmara que temos o pessoal que necessitamos, mas ao que parece ficam um pouco aquém das necessidades porque para manutenção e requalificação de relvados em recintos municipais são pagos a uma empresa vinte e três mil e quinhentos euros e pergunto se o pessoal que nós temos não é suficiente para fazer isto. Alguns valores fazem-me alguma confusão, obviamente terão uma explicação que o senhor Presidente depois aproveitará para vir aqui fazer essa explicação, se assim o entender. Há aqui um fornecimento e montagem de mobiliário para a Casa Museu Padre João Pires de Campos no valor de quarenta e oito mil, setecentos quarenta e cinco euros, isto são quase dez mil contos em moeda antiga, aquisição de serviços para consultadoria de apoio à elaboração e acompanhamento das candidaturas no valor de trinta e cinco mil setecentos e cinquenta euros, em que é que consiste esta consultadoria? É que os valores de consultadoria, normalmente, representam uma percentagem daquilo que se pretende vir a implementar. e isto traduz-se em números que darão depois para projetos de uma dimensão+ absolutamente fantástica. Estão aqui umas aquisições de serviços para a realização da gala de pré-finalista, eu penso que isto terá tido a ver com as apresentações, no valor de quarenta mil euros, daquelas que foram feitas na televisão, que dão naturalmente a projeção às aldeias que as aldeias merecem, o custo é francamente elevado, provavelmente é custo de mercado e portanto não irei sobre isto alongar-me mais. Cá estão as aquisições de serviços para realização de faixas de gestão de combustível e de contenção de que eu falei antes mas que está aqui e acho que é legítimo que o volte a fazer, mas há aqui uma prestação de serviços para contratação de dois espetáculos musicais na XXI Feira Raiana e depois prestação de serviços para contratação de espetáculo musical Tony Carreira, um custou trinta e nove mil e o outro trinta e sete mil e quinhentos euros, quer dizer não há dinheiro para certas coisas e há pessoas que precisam de apoio e não o têm, como no Ladoeiro por exemplo, mas gastasse dinheiro aqui nisto e provavelmente com justificativo bom , porque quando se gasta dinheiro não é só para animar as pessoas, é para tirar proveito, é para com isto alavancar alguma coisa e esse é o meu entendimento. Senhor Presidente eu gostava de saber a que é que corresponde a alocação de equipamento para “fórum mundial de inovação rural/jornadas sobre” la inovacion en el medio rural”, integrado na XXI Feira Raiana que associado à aquisição de serviços para organização e acompanhamento e pós evento do fórum mundial de inovação rural importa em setenta e quatro mil quinhentos e dez euros mais sessenta e três mil e setecentos euros. O senhor Presidente ainda há pouco disse que o dinheiro não é tanto como nós desejaríamos, palavras textuais suas, e no entanto gastasse isto e eu gostava de saber para quê, como, o quem é que se pagou e o que é que custou isto tudo. Temos também a aquisição de serviços para instalação de sombreamento e arranjos envolvente no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

recinto da Feira Raiana no valor de vinte e cinco mil e quinhentos euros e aquisição de serviços de DJ,s vídeo e produção e aluguer de equipamentos, estruturas sonorização e iluminação dos espetáculos integrados no evento Saberes e Tradições da Beira Baixa e XXI Feira Raiana, setenta e quatro mil oitocentos setenta e cinco euros. São quinze mil contos que aqui estão e em que é que consiste?”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ senhor Presidente este é um tema que já é transversal a todas as assembleias sempre que vimos discutir este ponto da ordem do dia e sempre que olhamos aqui para as adjudicações que são feitas para a realização, por um lado de obras, aquisição de equipamentos, mas acima de tudo na prestação de serviços, e penso que hoje e porque será a última assembleia e porque era importante na próxima legislatura mudar-se um pouco o procedimento, decidi que seria bom, todos nós aqui, refletíssemos um pouco sobre esta questão dos ajustes diretos. Senhor Presidente da Câmara, com tanto procedimento Concursal que há, procedimentos modernos com recomendações europeias, defensores de coisas tão nobre como a concorrência, a imparcialidade e a transparência aparentemente essenciais para o funcionamento da democracia, o executivo continua a lançar mão, à antiga portuguesa, do ajuste direto, do ajuste direto, do ajuste direto. Passamos os olhos pela atividade municipal e por estes quadros que preenchem duas páginas e pouco desta informação e percebemos que esta câmara socialista, quase nada faz a não ser por ajuste direto. Tamanha é a confiança nas empresas e nas pessoas que entram no círculo dourado da gestão autárquica. O senhor Presidente poderá vir dizer que está tudo dentro da legalidade e que os senhores juristas e entendidos da câmara confirmam essa grande verdade. Não é isso que nós pomos em causa pois não esperaríamos outra coisa, o que esta bancada do PSD põe em causa é a asfixia dos procedimentos, porque o ajuste direto afunila excessivamente os eleitos do sistema e afastasse do mercado e do livre acesso de todos às oportunidades. Senhor Presidente, não estamos aqui para diabolizar o procedimento em si ele é legal e está previsto no código do procedimento administrativo e dos concursos públicos. A ajuste direto é um procedimento, entenda-se, bestial mas dizem as recomendações dos tribunais e observatórios internacionais que deve ser tão excecional quanto bestial e é por isso que o executivo falha. Lemos mais uma vez a atividade municipal e percebemos que só usa concursos quando é mesmo obrigado a usar. Poderá ficar um pouco contrariado, parece que alguma coisa conspira contra si. Senhor Presidente se estava tudo tão planeado durante estes quatro anos, porque é que consecutivamente e correntemente se recorre a um expediente convencionado para situações de urgência? Se foi tudo urgente porque é que afinal não havia planeamento ou se planeamento havia era mau. Já foram aqui lidos os ajustes diretos, quase um a um, que foram feitos nestes últimos dois ou três meses e olhando para a lista dos adjudicatários por ajuste direto, vê-se em alguns nomes conhecidos desta região e deste concelho, mas a maior parte deles senhor Presidente, especialmente naqueles serviços que são contratados para promover as festas que o senhor Presidente quer que eu esteja sempre presente, ao invés de no meu trabalho e na minha convivência com este concelho onde vou falando diretamente com as pessoas, não se conhecem as pessoas, senhor Presidente de onde é que conhece estas empresas? Que contactos tem com as mesmas, penso que senhor Presidente começa a ser hora se sermos mais transparentes nos serviços que adjudicamos neste concelho e dar oportunidade a todos deste concelho de poder também apresentar as suas propostas e poder também entrar no mercado dos serviços, da produção e das obras que a câmara quer levar a efeito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

O senhor Presidente refere que nós criticamos o facto de se ter investido em creches, na natalidade, mas não é isso que nós criticamos como o senhor Presidente bem o sabe, mas olhamos para estes números e temos, nestes dois últimos meses, em festas, trezentos vinte e oito mil oitocentos trinta e cinco euros gastos em tendas, luzes, músicos, DJ's e em suporte técnico para estas festas e esta fiscalização compete a todos nós e estas perguntas compete a todos nós fazer, porque se as não fizermos então não vale a pena vir aqui, porque estas perguntas têm que ser feitas, concorde-se ou não com a política que tem vindo a ser seguida.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ eu quando erro admito isso e eram quinhentos euros e não cinco mil euros de joia, mas não deixa de ser uma joia, para a maior parte dos pequenos agricultores, exageradíssima e é isso que o Ministro da Agricultura refere que não pode ser. Respondendo à questões formuladas e começando pela senhora deputada Susana Martins faz-me lembrar o anterior Primeiro-Ministro Passos Coelho, e faz-me lembrar porquê? Ele diz se, quando nós agora este governo está a implementar políticas mais próximas do cidadão, muito mais sociais que demonstram claramente que a vossa política anterior de uma austeridade dura não era o único caminho, foi o caminho escolhido pelo governo anterior e quando se conseguiu demonstrar economicamente resultados extraordinários, veio então Passos Coelho dizer mas se fosse connosco era muito mais rápida a recuperação e vocês aqui também. Se a Idanha não fizesse estas atividades, se não fizessemos nada disto, connosco isto aqui era um mar de rosas, fechávamos os serviços e as pessoas vinham para cá por obra e graça de Deus.

Quando nós fizemos, e continuam a insistir no mesmo, e o senhor deputado Paulo Batista também fez diversas questões pertinentes, mas obviamente é importante perguntar-se para nós podermos dar respostas, e sobre o Fórum Mundial de Inovação Rural, todos esses financiamentos que houve e os concursos que foram feitos, se tivessem ido à Feira Raiana teriam visto que trouxe gente de toda a Europa aqui, os nossos agricultores e os nossos empresários, esteve presente e cofinanciou todo o equipamento da estrutura do interior da tenda, para apoiar os nossos empresários que lá estiveram, os nossos e os da região, portanto tudo isso foi o que este concurso cofinanciou. Fomos elogiados a nível nacional e a nível internacional por isso e foram elogiados. Todos estes concursos que estão mencionados na informação, e de que falou, foram exatamente para por em funcionamento na Feira Raiana, o Fórum Mundial de Inovação Rural que foi cofinanciado. Se há algo que hoje nós conseguimos e temos conseguido nestes anos foi o aumento em 30% das nossas receitas em termos do imaterial, com o que os senhores dizem de festas e festarolas, e nós conseguimos ir buscar cofinanciamento para isto, como conseguimos agora para a Feira Raiana e não há nenhum programa a dizer “financia-se a feira raiana”, não, nós temos que fazer projetos que sejam inovadores, que demonstrem inovação, que estão a apoiar a economia local, que estão a apoiar a micro economia e é isto que aí temos referido.

Quando o senhor diz “há pessoas que precisam de apoio e não o têm, nomeadamente no Ladoeiro” mas quem são as pessoas senhor deputado, diga quem é que está no Ladoeiro que precise de apoio e que nós ainda não lho demos, identifique essas pessoas, não deixe no ar essa questão. Nós investimos nos últimos quatro anos mais de um milhão de euros em apoios sociais e demos na mesma os 5% da receita de IRS, foram seiscentos mil euros para todas as famílias. Portanto se o senhor tiver alguém que conhece e precisa de apoio e que está numa situação social complicada diga-o frontalmente e não deixe insinuações.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017**

A senhora deputada veio aqui com a história dos concursos e ao longo dos últimos quatro anos fizemos muitos concursos públicos que não eramos obrigados a fazer, mas fizemo-los, mas vou dizer-lhe as minhas reticências com os concursos públicos. As minhas reticências com os concursos públicos, e são transparentes como todos os outros também são transparentes, é que quando fazemos um concurso público pode vir uma empresa do Porto, de Braga, de Faro ou de outro ponto do país e por isso, nós quando podemos é às gentes de Idanha que o fazemos, não deixamos de fazer durante estes últimos quatro anos vários concursos que não tinham que ser públicos e nós fizemo-lo. E quanto ao índice de transparência, que é sempre aquilo que cá vem dizer, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova subiu duzentas e dezassete posições a nível dos trezentos e oito municípios, mas ainda achamos que temos muito que melhorar. Idanha é o terceiro município no distrito com melhor classificação e o sexto no país com maior subida no ranking. Idanha é o 84.º lugar no índice de transparência a nível nacional, mas a senhora deputada também sabe que nós como autarquia não podemos dizer que os contratos são só para empresários do concelho de Idanha, mas podemos dizer que eles sejam competitivos como os outros para assim poderem concorrer em igualdade.

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia passou ao

PONTO NÚMERO DOIS: PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL – CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU PARA A UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL “DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL” – DESIGNAÇÃO DE JÚRI – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrições para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa ao Procedimento Concursal para provimento do cargo de chefe de divisão municipal – cargo de direção intermédia de 2.º grau para a unidade orgânica flexível “divisão financeira e patrimonial” designação de júri, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL – CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU PARA A UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL “DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL” – DESIGNAÇÃO DE JÚRI.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017**

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu seguimento ao

PONTO NÚMERO TRÊS – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA - 2017 – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa “à alteração ao mapa de pessoal do Município de Idanha-a-Nova – 2017”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA - 2017.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu seguimento à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA OS ANOS DE 2017 E 2018: O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ quero apenas fazer duas questões aos senhor Presidente da Câmara, primeiro na sequência daquilo que eu vinha perguntando há pouco e que também não tive grandes respostas, qual o procedimento aqui em causa, mas parece-me por ajuste direto e porquê a escolha desta empresa e não de outra. Há pouco o senhor Presidente perguntava quais é que eram as empresas que não eram aqui do concelho e não soube responder, mas em três segundos conseguimos ver que relativamente aos valores adjudicados no apoio aos eventos, temos aqui a maior parte e nos valores mais elevados temos aqui empresas que eu não conheço, ou seja tirando alguns empresários em nome individual aqui conhecidos, senhor Presidente todas estas empresas não têm sede no concelho de Idanha-a-Nova e com trabalhadores em Idanha-a-Nova.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

Terminada a intervenção da senhora deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ ainda hei-de conseguir o Tony Carreira a mudar a empresa para o concelho, mas teria que fazer todos os anos espetáculos aqui, portanto não adiantaria muito e por isso não o vou convencer porque sairíamos a perder. As empresas que contratámos com esses valores é porque não as temos no concelho e arredores, mas muitas das vezes que perguntaram por certas empresas se tinham sede no concelho, muitas já mudaram a sua sede social para o concelho. Se alguma coisa temos feito é convencer empresas a mudar a sua sede social para o concelho, mas obviamente não nos interessa estar a convencer uma empresa que presta um serviço à Câmara Municipal a mudar a sua sede social e terminado o serviço volta a mudar a sua sede social para outro lugar, mas não tenham dúvidas que este é um esforço que todos fazemos que é criar mais empresas no concelho, e mais uma vez, o índice do INE que apresentámos aqui mostrava exatamente esse crescimento. Sobre esta contratação dos serviços do ROC, obviamente não temos ninguém no concelho de Idanha e consultamos a empresa que anteriormente nos fazia estes serviços e consultamos esta nova e esta nova apresentou melhor proposta de preços pelo que vamos contratar esta empresa porque o valor despendido é mais favorável ao orçamento municipal.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à proposta de nomeação de revisor oficial de contas para os anos de 2017 e 2018, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: dois – Susana Martins e Paulo Batista;

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA., COM ZERO VOTOS EM CONTRA, DOIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA OS ANOS DE 2017 E 2018.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia disse que tinha uma solicitação por parte dos serviços administrativos da Câmara Municipal para o facto de podermos fazer uma aprovação prévia ou tácita da ata desta sessão, que posteriormente será enviada aos senhores deputados municipais para se proceder às alterações que acharem fazer, uma vez que esta é a última sessão desta legislatura e na seguinte poderão estar ou não os senhores deputados que agora estão presente e nos termos da nova legislação, só podem votar a ata de uma determinada sessão os elementos presentes nessa sessão. Por isso solicito que se pronunciem sobre este assunto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

O senhor Presidente da Assembleia solicitou à senhora Dr.ª Fernanda Ferrer, chefe de divisão de recursos humanos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova para esclarecer melhor aquilo que disse anteriormente.

A Dr.ª Fernanda Ferrer disse que “no trabalho de interligação entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal foi sugerido, e não solicitado, que a última ata da sessão da Assembleia Municipal deste mandato fosse aprovada no decurso desta sessão, em virtude das consequências da norma contida no Código do Procedimento Administrativo, que implica que não poderão participar na votação da ata as pessoas que tenham estado ausentes aquando da realização da sessão. Então para normal funcionamento dos órgãos essa sugestão foi feita e isso implica que no decurso da sessão de hoje a Assembleia Municipal se pronuncie sobre a aprovação da ata com as presenças que aqui estão e com o acordo de todos de que a ata será posteriormente enviada a todos os presentes para que se possam pronunciar sobre os eu teor, e o que hoje ficaria aprovado nesta sessão seria sobre o teor das deliberações aqui tomadas e como consequência teremos que na próxima sessão da Assembleia Municipal não se corre o risco de a ata ser impedida de ser votada em face dessa eventual ausência de deputados municipais que tenham estado presentes nesta sessão.”

Terminada a intervenção da senhora chefe de divisão, o senhor Presidente da Assembleia perguntou se os senhores deputado viam algum inconveniente nesta sugestão por parte dos serviços administrativos.

A senhora deputada Susana Martins disse que “não vejo qualquer inconveniente somente às deliberações, quanto ao mais não posso aprovar, ainda que tacitamente, uma coisa que ainda não existe, que é uma ata, Poderíamos eventualmente daqui a uns dias, quando a ata estivesse pronta aprová-la, se é esse o constrangimento, agora isto não me parece correto. Se não vejamos, em todas as sessões da assembleia municipal há senhores deputados que não estão e que depois estão na seguinte e o contrário, e pelo que eu vi na formação das listas, parece-me que a maior parte dos senhores membros desta assembleia municipal estarão cá no próximo mandato. Portanto por esse motivo, e a menos que por algum motivo pessoal não possam comparecer, não é em termos funcionais, ou seja, parece-me que a começar pelo senhor Presidente da Assembleia que estará na lista e não me parece haver esse constrangimento, mas compreendo as preocupações e a necessidade de provavelmente alguns pontos serem aprovados já. Esse constrangimento funcional eu compreendo, agora só aceitamos quanto a estas três deliberações, quanto ao resto não me parece que seja feito.”

Seguidamente a senhora chefe de divisão disse que queria reiterar uma vez mais que não se trata de um pedido nem de uma solicitação da câmara municipal, mas sim de uma recomendação de bom senso que foi dialogada com os membros da Mesa da Assembleia, concretamente com o senhor Lisboa, é uma recomendação de bom senso que resulta, como digo, do C’

Código do Procedimento Administrativo na sua versão de 2015. A Câmara Municipal não se vê impedida de agir nos assuntos que são hoje aqui decididos porque foi pedida a aprovação em minuta e na sequência dessa decisão a Mesa da Assembleia há-de emitir um documento em que está expressa a aprovação em minuta e portanto não se impede o seguimento dos assuntos, tem a ver com a orgânica, com o funcionamento da assembleia. Compreendendo as palavras da senhora deputada Susana mesmo que na próxima sessão da Assembleia Municipal continua a haver a presença de muitos deputados que aqui estão, vamos ter um ato eleitoral e portanto neste momento preciso impõe-se este conselho de bom senso e que resulta da lei. Não implica isto que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 27 DE 28-09-2017

os senhores deputados estejam a aprovar coisas que não conhece, isto é as decisões foram aqui tomadas e portanto e o teor da ata poderá ser depois corrigido quando os senhores deputados receberem e tenham tido conhecimento do seu teor. Assim as correções que os senhores deputados municipais entendam como válidas são comunicadas à Mesa da Assembleia e se elas forem pertinentes serão tomadas em consideração e será de novo enviada novo documento com as alterações introduzidas, para conhecimento e ratificação.”

O senhor Presidente da Assembleia disse que “penso que não é descabida esta recomendação face à urgência e da orgânica da Assembleia Municipal uma vez que já aprovamos em minuta as deliberações tomadas, podemos muito bem enviar a proposta de ata a cada um dos senhores deputados para, num período de cinco dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da data da expedição, se pronunciarem sobre o seu conteúdo e se não houver alterações, ou se as houver as enviarem para o mail da assembleia e serão introduzidas, e ela ficará aprovada.

Seguidamente solicitou aos senhores deputados para se pronunciarem sobre esta proposta e não havendo manifestações em contra, será enviado a todos os senhores deputados uma versão de ata para retificação.

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido para uso da palavra por parte do público presente.

O senhor Presidente disse que “ permitam-me que faça uma breve intervenção para finalizarmos esta sessão da Assembleia Municipal. Quero prestar um agradecimento público aos senhores deputados que me acompanharam na Mesa da Assembleia, senhor deputado António Lisboa, senhora deputada Fernanda Soares e a senhora deputada Graça Ferrer. Agradecer aos senhores vereadores António Moreira, Joaquim Soares, Luísa Serejo e Idalina Costa e faço um agradecimento especial ao senhor Presidente da Câmara pela colaboração que me prestou durante estes quatro anos. Agradecer também aos funcionários da Câmara Municipal que prestaram colaboração à Assembleia Municipal e agradecer também aos senhores deputados pela forma como foi feito o debate dos assuntos para bem do nosso concelho.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.